

# **Previstos economia - Brasil índices mais**

12 NOV 1985

## **elevados em 86**

**PORTO ALEGRE  
AGÊNCIA ESTADO**

A economia brasileira deverá crescer no próximo ano entre 6 e 7%, mesmo índice projetado para 85, mas a inflação será bem superior à deste ano, afirmou ontem, em Porto Alegre, o vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil e presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente.

Ao debater o anunciado "pacote fiscal", em reunião com 130 presidentes de associações comerciais de todo o Estado, Valente criticou a intenção do governo em aumentar a carga tributária, pois acredita que o pacote irá prejudicar o crescimento da economia projetado para o próximo ano.

Segundo ele, a economia poderia ser reaquecida em níveis bem superiores aos de 85, tendo em vista os aumentos reais de salários, o que não ocorrerá porque o governo insiste em arrecadar mais de Cr\$ 40 trilhões com o pacote fiscal, ou seja, "Cr\$ 40 trilhões a menos no consumo". No Rio Grande do Sul, o crescimento do consumo previsto para o próximo ano seguirá com a mesma tendência nacional, ficando pouco superior ao índice de 10%.

Nem com a última previsão de arrecadação por parte da União (Cr\$ 656 trilhões dos quais Cr\$ 240 trilhões para cobrir o déficit governamental) o governo terá condições de atacar o déficit público, pois o Executivo não conseguiu ainda dominar o maior problema: as estatais. Portanto, a decisão de aumentar a tributação será mais um esforço inútil mediante a impotência de governo em controlá-las.

Para o vice-presidente, é irreal afirmar que a carga tributária de 25,2% do PIB não é baixa, já que 60% dela é gerada pelo governo, recaindo o ônus, consequentemente, sobre os 40% restantes, representados pela iniciativa privada e pela classe trabalhadora.

Após a reunião, os empresários do setor comercial enviaram telex ao presidente José Sarney no qual manifestam sua total inconformidade com a intenção de elevar os tributos, "não só pelo acréscimo de ônus que representará, mas também pela inoportunidade e obstáculo à retomada do desenvolvimento".

No documento, os empresários gaúchos consideram o pacote como uma agressão a toda sociedade e exigem que, antes de insistir na "política de taxar a coletividade sem nenhuma contrapartida de austeridade requerida", o governo comprove concretamente as intenções de assumir sua parte de sacrifício.